O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 26/09/2023 - 06:00

Governo vai ao STF para rever cálculo de precatórios e pagar R\$ 95 bi mais cedo

Governo quer antecipar precatórios

_AGU aciona o Supremo para rever teto para o pagamento de dívidas judiciais da União criado no governo Bolsonaro; ideia é desembolsar R\$ 95 bilhões neste ano

ADRIANA FERNANDES Mariana Carneiro Brasília

BRASILA

Titucional e deixou a União eu moratoria por não pagar uma dívida líquida e certa. A Advocatia-Geral da União (AGU)
Tribunal Federal (STF) parai va idefender no STF a inconstitucion dividas judiciais da União que não podem mais ser contestadas), alterado pela "PEC dos Precatórios" — a provada em Precatórios, "a provada em precatórios" — a provada em en a contas do governo espera quitar cerca et a contas do governo espera quitar cerca espera quitar cerca espera quitar espera espera espera quitar espera espera quitar espera espera espera espera quitar espera espera

na contabilidade federal, O governo alega que a limita-ção imposta pela PEC é incons-titucional e deixou a União em

og governo espera quitar cerca de R\$ 95 bilhões de fatura acumulada desde a a provação de a provação de sor de decisão favorável do
medida e planeja alterar definitramente a forma como essepagamentos são computados

a que o governo esta capte de deva de a provação de medida e planeja alterar definitramente a forma como essepagamentos são computados

a que o governo esta cuma cual considera tuma "moratórios para despesa financeira é
STF, o plano é apresentar um operatomistras fiscalistas, que alegam
extraordinário ao Congresso
para pagar todo o valor atrasatário Internacional (FMI) trado veneria a regra criada pela de parte da dívida com precató-

O governo nega que o questionamento no Supremo devará elmistas ficalizas, que algam que o manual do Pundo Monerário Internacional (FMI) tra
siguros da divida,
O governo nega que o questionamento no Supremo de estatvam sendo subestimadas dela é mudar forma coma esse tipo de pagamento entra na contabilidade
"criativa" (mais informações na pág. B2).

"MORATÓRIA". A alteração é uma saída ao que o governo de parte da divida com precatórios para despesa financeira é objeto de debate entre economistas fiscalizas, que algam que o manual do Pundo Monerário Internacional (FMI) tra
"Tamba e uespesas, sem contra da do que as dividas judiciais são objetações do governo que setavam sendo subestimadas roa destarbação con adas satisfação correta. Dessa forma, a alteração con elimite objeto de debate entre economistas fiscalizas, que algam tipo de contabilidade "criativa" (mais informações na das dato que estavam sendo subestimadas roa destarbação con de

ta as despesas judiciais como PEC, essa quantia chegaria a primárias camunulados e não pagos, mais a previsão para os pagamentos de 2024.

A mudança de classificação su despesas, sem contar os de 2024.

A mudança de classificação su contar os que se despesas, sem contar os que as dividas judiciais som primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os que as dividas judiciais são obrigações do governo que som contar os que as dividas que as dividas judiciais são obrigações do governo que

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1